

RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.731 - RS (2018/0143817-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**
RECORRIDO : **VILIBALDO SCHULER**
RECORRIDO : **AILTON DE ABREU FRAGA**
RECORRIDO : **JOEL NOGUEIRA**
RECORRIDO : **JOSE AGOSTINHO GARCIA DA SILVA**
RECORRIDO : **LUIS FERNANDO PINHEIRO DA SILVA**
RECORRIDO : **PEDRO ANTONIO ROMAN FRAGA**
ADVOGADO : **MÍRIAM LÚCIA KULCZYNSKI FORSTER - RS022619**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**, com fundamento na(s) alínea(s) **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO.

1. O art. 113, § 1º do CPC (Lei nº 13.105/2015), autoriza o juiz a limitar o litisconsórcio ativo ou passivo, quando o número excessivo de litigantes puder comprometer a rápida solução da lide ou dificultar o exercício do direito de defesa.

2. Na hipótese, não vislumbro que o processamento da ação em litisconsórcio facultativo, possa implicar em risco à celeridade ou prejuízo à defesa, tendo em conta o reduzido número de litisconsortes (seis) e considerando que a demanda envolve matéria eminentemente de direito, inexistindo diferenças fáticas relevantes na situação individual de cada litigante" (fl. 51e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos termos da ementa a seguir:

"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

ART. 1.022 CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO.

1. Conforme o disposto no art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração tem cabimento contra qualquer decisão e objetivam esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material. Outrossim, o Código de Processo Civil de 2015 também autoriza a interposição de embargos de declaração contra a decisão que

deixa de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos, em incidentes de assunção de competência, ou, ainda, em qualquer das hipóteses descritas no art. 489, § 1º.

2. Os embargos de declaração não visam à cassação ou substituição da decisão impugnada.

3. Nova apreciação de fatos e argumentos deduzidos, já analisados ou incapazes de infirmar as conclusões adotadas pelo julgador, consiste em objetivo que destoa da finalidade a que se destinam os embargos declaratórios.

4. À luz do disposto no art. 1.025 do NCPC, a interposição dos embargos de declaração, ainda que inadmitidos/rejeitados, autorizam o manejo de recurso às Instâncias Superiores, vez que os elementos suscitados integram o acórdão" (fl. 80e).

Nas razões do Recurso Especial, a parte ora recorrente aponta violação do **art. 1.022 do CPC/2015, bem como aos arts. 113, § 1º e 1.015 do CPC/2015**, consoante razões acostadas às fls. 93/102e.

Por fim, requer "conheçam e dêem provimento ao presente Recurso Especial, para anular ou reformar a decisão recorrida, garantindo uniformidade à interpretação deste" (fl. 102e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 122/123e).

Na origem, o recorrido interpôs o competente Agravo de Instrumento contra a decisão judicial interlocutória que indeferiu a formação do litisconsórcio facultativo pretendido, ao entendimento de que comprometeria a rápida solução do litígio.

Deferido o pedido de antecipação de tutela recursal (fls. 11/12e), o Tribunal de origem deu provimento ao Agravo de Instrumento (fls. 38/39e).

Em consulta ao Sítio Eletrônico do Tribunal regional, nesta data, verifica-se que fora proferida, em 07/09/2018, sentença de mérito na demanda originária, que contou com o seguinte dispositivo:

"Ante o exposto, rejeitadas as preliminares ao mérito suscitadas pela UFRGS, resolvo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC, acolhendo a preliminar de mérito e reconhecendo a prescrição da pretensão.

Em razão da sucumbência, condeno os autores nas custas processuais e em honorários advocatícios em favor da UFRGS, que fixo em 10% sobre o proveito econômico pretendido com a presente ação, nos termos do art. 85, §§ 2º, 3º, I, e 6º, do CPC, a ser atualizado consoante a variação do IPCA-e. Resta suspensa a exigibilidade de metade da

verba, nos termos da assistência judiciária deferida nesta sentença".

Assim, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, o exame do recurso interposto contra acórdão proferido em Agravo de Instrumento, manejado em face de decisão interlocutória, fica prejudicado, por perda de seu objeto, na hipótese de já ter sido prolatada sentença de mérito na origem.

Nesse sentido, assim já decidiu o STJ, **in verbis**:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VALOR DA CAUSA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. SENTENÇA SUPERVENIENTE. PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO PREJUDICADO.

1. A presente demanda originou-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que, em razão de o valor da causa ser inferior a 60 salários mínimos, reconheceu a competência do Juizado Especial Federal para processar e julgar a ação.

2. À fl. 1.482, e-STJ, consta ofício do Tribunal a quo informando que "foi proferida sentença no processo nº 50019075420164047003 PARANÁ que deu origem ao REsp/AREsp antes indicado e em trâmite nessa Corte".

3. Assim, é manifesta a perda de objeto, o que impõe o reconhecimento da ausência do interesse de agir da embargante, considerando-se, assim, prejudicados os aclaratórios.

4. Embargos de Declaração prejudicados" (STJ, EDcl no REsp 1.607.245/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/12/2018).

"DIREITO PROCESSUAL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA SUPERVENIENTE. RECURSO PREJUDICADO.

1. O julgamento do mérito da ação enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento.

2. Agravo não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.626.953/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 07/11/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, com fulcro no art. 34, XI e XVIII, **a**, e 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **JULGO PREJUDICADO** o presente Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora